

CONFERÊNCIA

A INTERVENÇÃO DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DO DIREITO NO COMBATE À CORRUPÇÃO

3 e 4 de julho de 2018

Maputo | Moçambique

Organização



MINISTÉRIO
PÚBLICO

MOÇAMBIQUE

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Com o financiamento da União Europeia e do Camões, I.P.

PALOP-TL UE

IDENTIDADE COOPERAÇÃO DESENVOLVIMENTO



Um dos assuntos de maior dificuldade a ser tratado no domínio da condução política das sociedades está relacionado com a integridade dos seus mecanismos de governação e de regulação.

Entre os vários diagnósticos dos problemas que assolam a atualidade, encontra-se a capacidade/incapacidade dos Estados para lidar com os fenómenos criminais que afetam de forma mais direta a boa governação de uma comunidade: criminalidade organizada, fraude fiscal, criminalidade económico-financeira, lavagem de dinheiro, e, mais sintomaticamente, a corrupção.

O fenómeno da corrupção, para além de todas as outras consequências negativas do ponto de vista económico e social, coloca em causa a atuação do Estado na prossecução dos seus fins essenciais, perverte os mecanismos de regulação e de efetividade das regras legais e, com isso, deslegitima e corrompe o compromisso democrático entre o cidadão e os poderes públicos.

A ideia de Estado de Direito constitui, hoje, uma pedra de toque de todas as ordens jurídicas em democracia e um referencial para apurar o grau de consistência e de integridade dos regimes políticos nacionais e das instituições que os suportam.

Esse conceito político fundamental tem evoluído e beneficiado a ideia primacial da determinação e limitação pelo direito dos poderes estatais e da separação de poderes, com sucessivos sedimentos fundados nos valores da democracia, do desenvolvimento e da paz, da justiça social, da defesa dos direitos humanos e mais recentemente da proteção ambiental.

Para além desta definição, sabe-se que a prática e a concretização destes princípios só se podem fazer na discussão e apuramento das múltiplas dimensões da vida social em que os mesmos têm impacto, tanto do ponto de vista político, como económico e até cultural. A resposta à pergunta sobre o tipo de governação, de administração pública, de justiça, de economia, que se pretende face aos ditos fenómenos criminais, só pode ser obtida com o contributo de muitos. Esta questão, a ser colocada ao Direito não pode, em democracia, ser respondida apenas pelos juristas.

Refletir sobre que Estado e que Direito em face da corrupção, é assim pensar de forma integrada e plural estes problemas, com as exigências próprias que o debate público e a cidadania reivindicam.

Por último, concretizar as políticas públicas necessárias nestes domínios, de forma a consolidar o Estado de Direito, não pode deixar de ser integrado numa lógica de articulação entre as várias instituições nacionais envolvidas, numa dimensão de cooperação à escala da comunidade dos países parceiros, e também nos demais domínios internacionais implicados.

Daí a necessidade deste debate e da estrutura desta conferência internacional que se oferece no âmbito das atividades do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED), que tem como parceiros todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e ainda Timor-Leste, e que pretende alcançar o seu objetivo primacial – justamente a consolidação do Estado de Direito – através da utilização de instrumentos de política criminal e da concretização dos princípios da boa governação e da transparência no exercício da atividade pública.

PROGRAMA

1.º DIA

08:30H Registo

09:00H - 10:30H Sessão de abertura

Apresentação PACED

Conferência inaugural

Boa governação, democracia e desenvolvimento

Orador: Casimiro Ferreira, Professor Doutor, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra (Portugal)

10:30H - 11:00H Pausa para café

11:00H-12:45H **1.º Painel: Estado de Direito, democracia e governação**

Democracia, cidadania e controlo

Orador: José Abudo, Juiz Conselheiro jubilado do Tribunal Administrativo (Moçambique)

Estado de Direito: patologias e controlos públicos

Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas e Consultor Científico do PACED (Portugal)

O Estado, o poder e o corrupto(r) (segundo a narrativa literária)

Orador: Severino Ngoenha, Reitor da UDM - Universidade Técnica de Moçambique (Moçambique)
Debate

Almoço

14:30H-16:00H **2.º Painel: A corrupção e o seu tratamento económico, político e jurídico**
Ética, transparência e concorrência: o compromisso das empresas

Orador: Salimo Abdula, Presidente da Confederação Empresarial da CPLP (Moçambique)

Perda de bens e recuperação de ativos: uma abordagem comparada das novas respostas penais

Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED (Portugal)

Debate

16:00H-16:15H Pausa

16:30H-17:45H **(Continuação 2.º Painel)**

A investigação criminal dos crimes de corrupção

Orador: Lino Mathe, Magistrado do Ministério Público, Gabinete Provincial Combate à Corrupção (Moçambique)

Transparência, integridade e controlo social

Orador: Abdul Carimo, Jurista (Moçambique)

Debate

17:45H

Encerramento do 1.º dia

PROGRAMA

2.º DIA

- 9:00H - 10:20H **3.º Painel: Cooperação judiciária em matéria penal**
A cooperação internacional em matéria penal na CPLP
Oradora: Joana Ferreira, Procuradora da República, Diretora do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República (Portugal)
As garantias de defesa perante a criminalidade complexa
Orador: Flávio Lopes Menete, Bastonário da Ordem dos Advogados, (Moçambique)
- 10:20H - 10:40H Pausa para café
- 10:40H - 12.00H **(Continuação 3.º Painel)**
O contexto normativo internacional relativo à luta contra o tráfico de estupefacientes, corrupção e branqueamento de capitais
Oradora: Helena Susano, Juíza de Direito, Docente e Coordenadora da Jurisdição Penal do Centro de Estudos Judiciários (Portugal)
Prova e julgamento nos crimes económicos
Orador: Manuel Guidione Bucuane, Juiz Desembargador do Tribunal Administrativo (Moçambique)
Debate
- 12:00H - 12.45H **Conferência de encerramento**
Hércules e Hidra: Estado de Direito e criminalidade económica transaccional ante a dispersão do poder e crença mitológica no Direito Penal
Oradora: Inês Ferreira Leite, Professora Doutora, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)

Sessão de Encerramento

NOTAS BIOGRÁFICAS

De acordo com a ordem do programa.

António Casimiro Ferreira

É licenciado em Sociologia pelo ISCTE e doutorado em Sociologia do Estado e da Administração pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde exerce funções de Professor Auxiliar. É também investigador do Centro de Estudos Sociais. Em 2006 foi distinguido com o Prémio Agostinho Roseta, na categoria de Estudos e Trabalhos de Investigação, atribuído pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Entre 1999-2002 foi assessor do secretário de Estado do Emprego e Formação profissional e do ministro do Trabalho e Solidariedade Social. Membro da Comissão do Livro Branco das Relações Laborais entre 2006 e 25 de Setembro de 2007, é colaborador da Organização Internacional do Trabalho e faz parte da lista de árbitros presidentes do Conselho Económico e Social.

José Ibraimo Abudo

Juiz Conselheiro jubilado do Tribunal Administrativo. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane de Maputo; Mestre em Ciências Jurídico – Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Doutor no ramo de Ciências Jurídicas, especialidade do Direito da Família, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi Delegado do Procurador da República (1978 a 1980); Juiz da Secção Cível do Tribunal Judicial da Província de Sofala (1980 a 1994); Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Sofala; (1985 a 1994); Membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial (1992 a 1994); Ministro da Justiça, em mandatos de 1995 a 1999 e de 2000 a 2004; Inspetor Judicial (2005-2007); Juiz Conselheiro de Tribunal Administrativo de Setembro (2007-2012); Membro do Conselho Superior da Magistratura da Jurisdição Administrativa (2010-2012); e Provedor de Justiça (2012-2018). Foi também regente das disciplinas de Direito Empresarial e de Introdução ao Direito, no Instituto Superior da Contabilidade e Auditoria, nos anos letivos de 2007 e 2008; regente da disciplina de Introdução ao Direito, no ano letivo de 2009, na Universidade Mussa Bin Bique – Delegação de Maputo; docente da Disciplina do Direito da Família e das Sucessões, na Universidade Mussa Bin Bique – Delegação de Maputo; e regente da disciplina de Introdução ao Direito, no ano letivo de 2012, no Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique.

José Mouraz Lopes

Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas de Portugal, e Consultor Científico do PACED. Mestre em Ciências Jurídico Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo apresentado a tese “A Tutela da Imparcialidade Endoprocessual no Processo Penal Português”, e doutorado em Direito, Justiça e Cidadania, pela mesma Universidade, com a tese “A Fundamentação das sentenças no sistema penal português”. Foi docente da área Penal do Centro de Estudos Judiciários e Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária. Foi diretor das revistas “Sub Judice – Justiça e Sociedade” e “JULGAR” e é membro do Grupo da “Colectânea de Jurisprudência”. Tem várias obras editadas e mais de 40 artigos científicos publicados em revistas jurídicas em Portugal, Espanha e Brasil.

Severino Ngoenha

Reitor da UDM - Universidade Técnica de Moçambique e professor de Filosofia.

Salimo Abdula

Empresário moçambicano de renome que conta com mais de 30 anos de experiência empresarial em diversas áreas e setores de atividade. Foi o primeiro moçambicano formado em ética e governança corporativa pelo Departamento de Estado Norte Americano e é membro fundador da Ética Moçambique. Atualmente desempenha as seguintes funções: Presidente da Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP); Presidente de Conselho de Administração da Vodacom Moçambique (cargo que também ocupou entre 2009 e 2011, e entre 2013 e 2015); Presidente do Conselho de Administração da Intelec Holdings, S.A., (grupo empresarial que atua nos ramos de Energia, Publicidade, Turismo, Finanças, Recursos Minerais, Telecomunicações, Imobiliária e Consultoria); e Cônsul Honorário da Malásia em Moçambique. Anteriormente ocupou também os seguintes cargos: Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Confederação das Associações de Económicas de Moçambique (CTA), entre 2011 e 2014 e entre 2014 e 2017, Presidente do Conselho Diretivo da CTA, entre 2005 e 2008 e entre 2008 e 2011, e Deputado da Assembleia da República de Moçambique.

Nuno Coelho

Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa, Portugal, e Consultor Científico do PACED. Licenciado em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Mestre em “Novas Fronteiras do Direito” (Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa) e Doutorando do programa de doutoramento “Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI”, na Universidade de Coimbra. É Presidente Honorário da União Internacional dos Juizes de Língua Portuguesa (UIJLP). Foi diretor da revista “Sub Judge – Justiça e Sociedade” e coordenou o projeto do portal “Direitos e Deveres do Cidadão”, para a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Viu serem publicados diversos estudos, artigos e decisões em livros, revistas e periódicos de cariz judiciário e jurídico.

Lino Mathe

É Procurador da República. Licenciado em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane (1999-2004). Frequentou o V Curso de Ingresso para as carreiras da Magistratura Judicial e do Ministério Público, no Centro de Formação Jurídica e Judiciária (Moçambique), no ano de 2005. É magistrado do Ministério Público desde o ano de 2005, tendo exercido funções na Procuradoria do Distrito de Monapo (Província de Nampula). No ano de 2007 exerceu funções na Procuradoria da cidade de Nampula. No ano de 2010 foi transferido para o Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Sofala (cuja jurisdição, na altura, abrangia as Províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, o que lhe permitiu desenvolver diversas actividades nessas Províncias, na vertente preventiva/educativa e repressiva). No Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Sofala exerceu diversas funções, destacando-se as de Coordenador da Área de Investigação e Coordenador da Área de Instrução e Acção Penal (exercidas em acumulação). Desde fevereiro de 2018 que pertence ao quadro de pessoal do Gabinete Central de Combate à Corrupção, na carreira da magistratura do Ministério Público. É co-autor da obra *Direito de Uso e Aproveitamento da Terra*, colaborou ativamente na obra *Lei de Terras Anotada e Comentada*.

Abdul Carimo Mahomed Issá

Presidente do Conselho de Arbitragem do Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação. Licenciado em Direito e Pós-Graduação (parte académica) em Ciências Jurídico-Empresariais. Diretor da Unidade Técnica da Reforma Legal (UTREL) (2002-2013). Membro do Board da Osisa (2004-2009). Deputado, Membro da Comissão Permanente e 1º Vice-Presidente da Assembleia da República (1995/2000). Membro-fundador e Presidente da Ética Moçambique (1997-2001). Chairman for the Southern African Group of African Parliamentary Network Against Corruption (1999). Judge of the commission of Inquiry on the use of the Death Penalty in the USA- Boston, onde apresentou a comunicação Human Rights and the Death Penalty (1991). Diretor Geral do INA]. Juiz do Tribunal Internacional (Administrative Appeals Board) do PTA (1991/94). Assessor do Ministro da justiça. Vice-Presidente da Comissão Técnica Preparatória das Eleições Multipartidárias de 1994 (1991/1994). Docente Universitário (1989/2004). Procurador da República 1977/78. Juiz Presidente do Tribunal Judicial de Gaza e Cidade de Maputo (1978/1990).

Joana Antónia Ribeiro Gomes Ferreira

Procuradora da República. Diretora do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, desde 18 de março de 2003. Coordenadora do Sector de Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal desde outubro de 1999. Membro do Comité PC-OC do Conselho da Europa e perita do Conselho em matéria de cooperação. Docente, a tempo parcial, no Centro de Estudos Judiciários, sobre cooperação judiciária internacional em matéria penal. Coordenadora do ENCS (Sistema Nacional da Coordenação da EUROJUST). Ponto de contacto da Rede Judiciária Europeia, da IberRed e da Rede de Pontos Focais da CPLP. Magistrada do Ministério Público desde 1986.

Flávio Lopes Menete

Bastonário da Ordem dos Advogados no triénio 2016-2019, licenciou-se em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique (UEM), em 1997 e é advogado desde 2007. Sendo detentor de conhecimento e formação nas áreas do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo foi membro do Grupo Técnico (Task Force) que aconselhou

o Governo moçambicano nessa área, tendo estado envolvido na elaboração da lei que cria o Gabinete de Informação Financeira (GIFIM) e sua regulamentação, e também participado nas atividades da ESAAMLG (Grupo de Acção Financeira da África Oriental e Austral). Desempenhou ainda as seguintes funções: consultor do Banco Mundial para avaliar o sistema anti-branqueamento de capitais e anti-financiamento do terrorismo na República de Angola (2011-2012); Director Nacional de Investigação Criminal (2004 – 2007); assessor do Ministro do Interior (2002 – 2004); consultor jurídico e fiscal na Ernest & Young (1995 – 2002), onde contribuiu para a elaboração de propostas de leis, prestou assessoria fiscal e esteve envolvido em acções de formação a empresários e a funcionários com vista à introdução, em 1999, do Imposto Sobre o Valor Acrescentado; docente – assistente universitário da Faculdade de Direito da UEM (1997–2008) e Instituto Superior Politécnico e Universitário, hoje Universidade Politécnica (1998-2002); piloto-aviador da Força Aérea de Moçambique entre 1977 e 1998, tendo exercido funções de comandante da Base Aérea de Nacala; e professor (1976–1977).

Helena Susano

Juíza de Direito na Instância Central Criminal de Lisboa, Portugal. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas e pós-graduada em Literatura pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Licenciada em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa e Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutoranda em Ciências Jurídicas Criminais na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com a parte curricular já concluída. Desde 2014 e até ao presente encontra-se em comissão de serviço, a exercer funções de Docente e Coordenadora da Jurisdição Penal do Centro de Estudos Judiciários, intervindo quer na formação inicial, quer na formação contínua de Magistrados. Formadora do PACED. Organizadora e oradora em várias conferências de âmbito jurídico e judiciário. Autora de dois livros e vários artigos jurídicos publicados.

Manuel Guidione Bucuane

Juiz Desembargador, Secção Criminal, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo, formador no Centro de Formação Jurídica e Judiciária, nas áreas de Jurisdição Penal e Processual Penal, desde 2008, e ainda membro da Comissão Central da Ética Pública. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e mestrando em Ciências Jurídicas (estando na fase de conclusão da sua dissertação), é magistrado judicial desde 2002, ano em que concluiu o curso de ingresso a esta carreira no Centro de Formação Jurídica e Judiciária – Maputo. Trabalhou como Juiz Cível (2008 a 2011) e Juiz da Instrução Criminal (2005 a 2008) no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, e como Juiz de Direito no Tribunal Judicial do Distrito de Cuamba – Província de Niassa (2002 a 2005). Entre 1989 a 2000, ocupou ainda o cargo de Professor do ensino Secundário Geral em História e Geografia, após concluir curso de formação específica na Faculdade de Educação pela Universidade Eduardo Mondlane.

Inês Ferreira Leite

É doutorada em Direito Penal e Professora Auxiliar desde 2015, sendo já assistente da Faculdade de Direito de Lisboa desde 2001. É Membro-Fundadora e foi Vogal da Direcção do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, (2007/2009), tendo lecionado em vários cursos do Instituto. Foi assessora no Ministério da Justiça entre 2006 e 2009, tendo, nessa qualidade, assumido funções como Membro do Conselho Consultivo da Unidade para a Reforma Penal, (2006/2007) e como Membro do Grupo de Trabalho para Reforma do Direito da Família, (2007/2009). É conferencista convidada no Ciclo de Conferências do Mestrado em Biologia Humana e Ambiente do Centro de Biologia Ambiental da Faculdade de Ciências de Lisboa, desde 2007. É membro da Capazes, Associação feminista, sendo cronista da plataforma capazes.pt desde 2015. É membro da Comissão Para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial desde 2017. É advogada desde 2018.

Financiado pela União Europeia (10º FED) e pelo Governo de Portugal, através do Camões, I.P., instituto também responsável pela execução, o PACED tem como objetivos a afirmação e consolidação do Estado de direito nos PALOP e Timor-Leste, a prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular o tráfico de estupefacientes.

A sua intervenção centra-se na melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, no fortalecimento das capacidades institucionais e atualização dos procedimentos operacionais e no reforço da cooperação regional PALOP e Timor-Leste.

Mais informações em www.paced-paloptl.com



Em 2017, o grupo PALOP-TL - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - comemorou o 25.º aniversário do programa de cooperação regional com a União Europeia, PALOP-TL/UE.

Com o apoio de:



República de Moçambique

Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

Tribunal Supremo

Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GIFIM

Serviços de Investigação Criminal

Gabinete do Ordenador Nacional - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação